

# O cotidiano escolar e as novas políticas educacionais no Estado de São Paulo

José Cerchi Fusari

**Como citar** FUSARI, J. C. O cotidiano escolar e as novas políticas educacionais no Estado de São Paulo. *In*: III ENCONTRO de educação do oeste paulista: políticas públicas: diretrizes e necessidades da educação básica: resumos. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001. p. 197-228. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.978-85-60810-32-1.p197-228>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-  
NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons  
Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GT6: O COTIDIANO ESCOLAR E AS NOVAS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Expositor: José Cerchi Fusari  
Coordenação: Pachcoal Quaglio  
Ana Maria da Costa Santos Menin



## **AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: COM A PALAVRA OS PROFESSORES**

José Cerchi FUSARI  
Maria Isabel de ALMEIDA  
Roberto dos SANTOS  
Selma Garrido PIMENTA  
Sílvia Maria MANFREDI\*

O objetivo deste texto é contribuir para uma melhor compreensão do processo de implementação de inovações no sistema de ensino e nas escolas públicas pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE/SP), especialmente quanto aos ciclos, à progressão continuada e à abordagem da avaliação como promoção automática.

Pesquisas em diferentes países<sup>1</sup>, que realizara profundas reformas em seus sistemas de ensino, revelam o caráter complexo das inovações e que não raro estas apresentam resultados bem diferentes dos anunciados. Em grande parte porque as políticas de inovações são gestadas a partir de uma decisão macro-sistêmica, constituindo em intervenções sobre o sistema educativo, sobre as escolas, professores, alunos e pais. A que necessidades e inovações elas vêm atender? Quais as demandas desses diferentes atores? Qual negociação entre elas precede a implementação das inovações? Por outro lado, essas inovações constituem uma profusão de iniciativas marcadas pela descontinuidade, que acaba gerando a repetição de erros, ineficiência e desperdício de recursos materiais e potencial humano, devido à falta de experiências precedentes.

Resultados de estudos<sup>2</sup> apontam que nas políticas de inovação melhores sucedidas ganham relevo as estratégias e as iniciativas de desenvolvimento institucional (escolas) e profissional

---

\* Os autores compõem o Coletivo de Formação da APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, responsável pelo Projeto de Formação Contínua “Reinventando a Escola, criado a partir de 1996.

<sup>1</sup> Hargreaves (1992); Hernandez e Sancho (1993); Muñoz Escudero (1990); Perez-Gomez (1990); Sacristán (1992); Almeida (1999 a); Pimenta et al. (2000); Canário (1999).

<sup>2</sup> Fusari (1998); Almeida (1999 a); Almeida (1999b); Moreira (1999); Pimenta et al. (2000); Marin (2000); Coletivo de Formação (1998).

(professores), que “buscam criar condições para que os sujeitos, as organizações e os sistemas constituam-se como aprendizes capazes de produzir e interagir criticamente com as inovações” (Moreira, 1999:133).

A implementação da política da SEE/SP ancorada nos ciclos, na progressão continuada e na reorientação da avaliação, tem se caracterizado por um forte autoritarismo, onde o professor é ignorado. Dele se espera que cumpra ordens da diretoria de ensino, da direção e do coordenador pedagógico. E que se responsabilize pelos resultados da avalanche de mudanças que têm despencado sobre seu cotidiano. As condições em que ele atua não foram modificadas; seu trabalho continua mal remunerado e sua profissão enfrenta uma desvalorização social sem precedentes.

Ciclos, progressão continuada e avaliação constituem importantes inovações pedagógicas. Como a escola se prepara para trabalhar com elas? Quem são os professores? Qual sua formação? Como chegam à escola, à sala de aula? Que saberes e experiências possuem estas inovações? Quais as condições efetivas para a realização de um trabalho coletivo na escola? Que orientação pedagógica eles vêm recebendo? Como o coordenador realiza a coordenação pedagógica? Quais os saberes pedagógicos existentes nas escolas? Essas são questões importantes para o estabelecimento de uma relação colaborativa crítica entre escolas e sistema, tendo em vista a implementação de inovações.

A esses elementos problemáticos soma-se uma excessiva valorização quantitativa dos resultados das reformas, especialmente no que se refere à aprovação. Exemplo disso é a implantação de uma bonificação aos supervisores, diretores e professores cujas escolas apresentem os maiores índices de aprovação automática.

Essa situação nos leva a questionar as finalidades das reformas da SEE/SP: o objetivo é mudar o sistema educativo, para que possibilite a superação das desigualdades sociais, ou mantê-lo como espaço de reprodução dessas desigualdades? Está se investindo na constituição de uma educação básica, com qualidade social para todos? Ou na manutenção de uma educação dualista e seletiva? Vale registrar que essas inovações não são adotadas pelas escolas particulares?

## **I Progressão Continuada e Promoção Automática: sinônimos?**

A progressão continuada, segundo a Deliberação 09/97 (C.E.E./SP), é instituída como um projeto pedagógico onde se valoriza a avaliação diagnóstica e formativa. Valoriza a articulação com as famílias no acompanhamento do aluno ao longo do processo.. Qual o apoio pedagógico que os professores estão tendo nas escolas para lidar com essa complexa e importante relação? São asseguradas condições de trabalho aos professores, de modo a fazer com que a progressão continuada se traduza em medida de melhoria de qualidade, ou a importância maior está centrada em melhorar os índices oficiais de repetência e evasão escolar?

## **II Opinião dos professores sobre as reformas promovidas pela SSS/SP**

Em pesquisa realizada pela APEOESP, no mês de outubro de 2000, com um universo de 10.024 professores, que responderam a 624 questionários, através de grupos formados em todo o Estado. Os itens a seguir constituem a análise dos questionários enviados.

## **III A opinião dos professores sobre alguns aspectos da reforma no Ensino Fundamental: síntese dos principais resultados**

O levantamento efetuado revela uma alta dose de descontentamento com a política educacional implantada, principalmente quanto aos itens seguintes:

- Melhoria das condições materiais das escolas
- Atividades de reforço e recuperação
- Implantação dos ciclos e progressão continuada

## **IV Reinterpretando a lógica e o sentido das políticas de inovações educacionais**

As estratégias de implementação de inovações devem se nortear por parâmetros que tenham como suporte o desenvolvimento profissional dos professores, na medida em que se considera que eles são atores e não espectadores das propostas gestadas. São fundamentais as considerações apontadas por Moreira, que trazem as seguintes premissas:

- Superar a perspectivas do controle
- Superar a visão das metas quantitativas
- Nem centralização, nem descentralização, mas uma posição intermediária, onde o poder público se faça presente e faça pressão, mas, ao mesmo tempo, ofereça suporte às escolas
- Criar uma cultura de gestão participativa nas escolas
- Articular as relações da escola com a comunidade
- Reconhecer a história profissional do professor.

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E  
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS



## **OS JOGOS DE REGRAS COMO INSTRUMENTO DE REORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO. CRUZ, L. Ap. N. da. (Psicologia – Unesp – Campus de Assis).**

Os estudos sobre o desenvolvimento infantil e aprendizagem têm atingido resultados positivos nos últimos anos, porém, ainda, podemos observar que a maioria das instituições infantis enfrentam muitos problemas. Um deles é a indisciplina, que tem sido uma das queixas mais frequentes entre os educadores. Em razão disso, observamos dois grupos de crianças atendidas em uma creche da cidade de Assis (SP). Pudemos verificar que as monitoras responsáveis pouco conheciam sobre o desenvolvimento infantil, em consequência disso, não sabiam como lidar com a falta de limites e com questões sobre a sexualidade. Observamos as relações interindividuais estabelecidas entre criança e monitora, vimos que predominava a coação, onde o respeito unilateral prevalecia. As crianças da creche são estigmatizadas pelas escolas onde estudam, visto que de 30 crianças atendidas pela instituição, 15 foram encaminhadas pela escola para fazer exames neurológico, com a alegação de que apresentavam “problemas” (indisciplina e problemas de aprendizagem). Optamos por usar jogos de regras como instrumento de reorganização do conhecimento dessas crianças. Com objetivo de reconstruir as relações interindividuais estabelecidas, estimulando o respeito mútuo entre os participantes e adotando a cooperação nas atividades grupais. Pretendemos que se desenvolvam nos planos cognitivo e moral. Para isso, sugerimos que participassem da organização das atividades e estabelecimento das regras do grupo. O trabalho é realizado semanalmente com 31 crianças, divididas em dois grupos. Um dos grupos é de oito crianças que frequentam o período matutino da instituição e o outro por vinte três, participando das atividades no período vespertino. Os sujeitos são de ambos os sexos e se encontram na faixa etária de sete a nove anos de idade. As atividades são propostas e organizadas pelas crianças com o acompanhamento das educadoras. Cabe ressaltar que as educadoras também estão num processo de reorganização de conhecimento, pois passaram a adotar a relação que procuramos estabelecer e desenvolver com as crianças, a cooperação. O trabalho está no início e já pudemos verificar que jogos de regras contribuem consideravelmente para o desenvolvimento cognitivo e moral tanto das crianças quanto dos educadores.

## **REPRESENTAÇÃO ENTRE GRUPOS JUVENIS NA ESCOLA. ANDRADE, A. R., ALBERTTI, L. A., FONSECA, P. M., GONZALEZ, K. P., MORAES, L. F., PEREIRA, H. A., FERES, M. J. (Depto. Educação - Unesp – Campus de Assis).**

Reportamos experiência de trabalho acadêmico de alunos do curso de História, desenvolvido desde o início de 2001 em escola pública da periferia de Assis. Numa primeira etapa, o grupo pesquisador se propôs a colaborar no fomento e organização de um Grêmio Estudantil em escola pública estadual da cidade de Assis. Embora tenha conseguido organizar o Grêmio e colaborar no desenvolvimento de atividades propostas pelos representantes durante os primeiros meses do ano, verificou-se um progressivo esvaziamento do grupo eleito na escola. Os pesquisadores passaram, a partir de então, a observar como se dá a questão da representatividade entre os alunos, identificando grupos de liderança não institucional e buscando compreender como estes se formam, quais seus objetivos e qual o público abrangido pela sua representação. O método utilizado para tanto é o de observação e pesquisa oral. Partiu-se da hipótese de que existem grupos que se destacam mais pela sua força de liderança e de almejar autonomia. É possível notar, por exemplo, que os grupos são liderados por jovens firmes e que despertam atenção dos demais por suas atitudes arrojadas. Tais jovens, geralmente, não estão interessados em discutir assuntos escolares. A intenção do grupo pesquisador é oferecer subsídios para a compreensão do fenômeno da representatividade entre alunos dentro da escola, além de esboçar sugestões que tornem possível o relacionamento entre essa representatividade e a instituição escolar.

Orientação: Juvenal Zanchetta Júnior.

**ADOLESCENTES INFRADORES: UM ESTUDO SOBRE SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCOLA. CAUREL, A. L.** (Programa de Pós-Graduação em Educação – Unesp – Campus de Marília – CAPES).

Esta pesquisa trata do problema do adolescente infrator e suas relações com a escola, buscando compreender as representações sociais que a instituição tem para essa população. Para caracterizar essa população, foi realizada uma pesquisa documental na Vara da Infância e Juventude da comarca de Botucatu-SP, recolhendo informações nos autos das execuções de medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicadas a esses adolescentes num período de dois anos, entre 1999 e 2000, num total de 186 execuções. Paralelamente, foram realizadas entrevistas individuais com um grupo de 20 adolescentes que cumpriram medidas sócio-educativas no período citado, especialmente a Liberdade Assistida, por ser a mais freqüentemente aplicada na comarca. As entrevistas ocorreram nas residências dos adolescentes, sendo gravadas em áudio e transcritas. Nessas entrevistas, foi utilizado um roteiro previamente estabelecido, com questões pertinentes à vida cotidiana do adolescente, especialmente em relação à sua vida escolar para buscarmos as representações subjacentes. Da análise realizada sobre os dados oriundos da pesquisa documental, algumas informações já se mostram relevantes para a compreensão do fenômeno delinqüencial, tais como etnia, sexo, faixa etária mais comum, escolaridade, inserção no sistema educacional, dados familiares (composição familiar, renda, escolaridade dos pais), atos infracionais mais freqüentes. Um dado merecedor de atenção é a verificação de que 47% dos adolescentes que cumpriram medidas sócio-educativas não estavam integrados ao sistema educacional na época da prática delitiva. Outro aspecto importante refere-se à etnia dos adolescentes infratores: 61% brancos, 14% pardos, 3,5% negros e em 21,5% não havia tal informação disponível. Esse aspecto confronta-se com o estereótipo do adolescente infrator, recorrentemente veiculado na mídia. Da análise das entrevistas pretende-se possibilitar a compreensão da relação do adolescente com a escola através do estudo de sua representação da instituição, o que é fundamental para que a escola tente oferecer reais condições para uma permanência efetiva desses adolescentes em seu meio e busque estratégias de prevenção da delinqüência.

Orientadora: BARBOSA, R. L. L.

**SEMANA DE CIÊNCIAS E CULTURA NA E.E. PROF. ANTONIO REGINATO. ALVES, D., LUCCA, E.M.F.**

O trabalho fez parte das atividades programadas pela Escola no ano letivo de 2000 e realizou-se entre os dias 19 a 27 de Outubro. O objetivo principal da Semana de Ciência e Cultura foi resgatar a identidade da Escola, através de atividades de interação entre seus agentes: comunidade, alunos e professores. O projeto surgiu da necessidade de superar problemas do dia-a-dia escolar, diagnosticados pelo conjunto de professores nas reuniões de trabalho coletivo semanal. A consulta aos professores e alunos forneceu-nos um leque de atividades que poderiam ser trabalhadas interdisciplinarmente, que trouxe aspectos bastante positivos, tais como: palestras com profissionais de diversos segmentos, abordando temas como violência, drogas, DST, educação ambiental, direitos e deveres, limites, perspectivas profissionais, entre outros; participação do hemicentro, trabalhando as questões: orientação, conscientização e prevenção; atividades interativas como: videokê, campeonato de xadrez e dama, vôlei e futebol, cerimônia ecumênica, entre outras; montagem das diversas salas para exposição de trabalhos com os alunos em diversas áreas do conhecimento: sala de ciências e biologia, *halloween*, matemática e educação artística, ciências humanas, etc. O cronograma sofreu adaptações no decorrer da semana, entretanto os resultados foram considerados satisfatórios e atenderam às nossas expectativas. Considerando o resultado bastante positivo para a escola, a Semana de Ciências e Cultura passou a fazer parte do plano da escola a partir do planejamento de 2001.

**PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA. GENOVEZ, M. S. (Pós-graduação em Educação, Unesp – Campus de Marília).**

Com o propósito de analisar contextualmente os pressupostos teórico-filosóficos e políticos subjacentes ao surgimento e à possível 'prática' de uma administração participativa no interior de escola pública estadual de São Paulo, este estudo propõe investigação articulada a questões basilares, como: a) teoricamente identificada com ideais participacionistas, estará a Escola Pública Estadual oportunizando uma administração participativa? b) como estão sendo ocupados os 'espaços': Associação de Pais e Mestres, Conselho de Escola, Grêmios Estudantil? c) a administração escolar coloca-se como reforçadora do sistema social vigente ou está preocupada em modificar estruturas autoritárias, através da construção de competências coletivas via práticas democráticas? Para tanto este trabalho objetiva analisar as formas de participação da 'comunidade' no âmbito administrativo, pedagógico e financeiro; identificar e analisar fatores legais/estruturais que dificultam/possibilitam a gestão participativa; analisar o discurso oficial, identificando propostas relacionadas à gestão participativa vinculadas às políticas do governo, especialmente estadual, destacando valores e ideologias nele subjacentes. A consecução dos objetivos exigiu um referencial teórico metodológico que explicitasse características fundamentais dos fatos que estão sendo estudados<sup>1</sup>. Tomou-se portanto, como ponto de partida, seu próprio contexto de realidade em que os fenômenos são focalizados através da perspectiva histórico crítica da educação. Já que esta, ao enfatizar contradições presentes no cotidiano escolar, possibilita compreensão da prática administrativa/pedagógica, como prática social crítica, acredita-se poder estabelecer elementos para uma reflexão que possa, a partir desse núcleo, se estender a outros processos e situações presentes das práticas administrativas escolares. Com esse intento, além da análise do projeto político pedagógico, do plano escolar, de atas de reuniões, foram realizadas entrevistas com representantes dos vários segmentos da escola. Alguns fatores de ordem estrutural, desde a falta de funcionários até a distribuição hierárquica/burocratizante do exercício de autoridade no interior da escola foram identificados como 'obstáculos' à gestão participativa, denunciando a falácia da participação. Como peça de retórica está presente na fala de governantes e dirigentes, e também na boca do povo, mas na prática, muitas vezes o que se observa é uma pseudo-participação. Camuflada num jogo de claro/escuro, a opressão se instala e se manifesta sob a roupagem da participação que privilegia o ritualismo educacional fazendo a 'comunidade escolar' refém de um mero formalismo legal e estrutural.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATO ILOCUCIONÁRIO. ARAÚJO, L.A. (Pós-Graduação em Educação – Unesp - Campus de Marília).**

A elaboração do trabalho surgiu após vários questionamentos sobre a necessidade de se considerar a linguagem como um elemento dependente de um contexto socialmente determinado e enquanto uma prática social concreta. Enquanto articulação entre o ser humano individual e a sociedade, a linguagem se constitui como meio pelo qual o educador poder refletir sobre o agir e o interagir socialmente na comunidade. Tomando a linguagem como uma prática social concreta, acreditamos ser ela uma facilitadora da interação social, pois somente quando falamos uma mesma linguagem com outras pessoas é que se torna possível nos comunicarmos, nos entendermos e agirmos comunicativamente em um espaço social. No entanto, para Jürgen Habermas esse agir pressupõe que os sujeitos após um acordo estabelecido socialmente, reconheçam-se entre si, bem como, reconheçam o propósito implícito na comunicação que se efetiva. Mas para que este propósito seja alcançado, os sujeitos da comunicação precisam estabelecer entre si certas regras que precisam ser cumpridas para que a prática comunicativa, mediada pela linguagem, aconteça. Tais regras regulam até mesmo o próprio comportamento humano. Nesse sentido, comunicação não é somente a

transmissão de conteúdos cognitivos, mas também a interação entre os indivíduos. Portanto, para que esse ato aconteça, é preciso que haja pelo menos dois indivíduos, cujo sucesso consiste no estabelecimento de uma relação intersubjetiva. Existe assim, uma relação indissociável entre o dizer e o fazer, pois ao falar, o sujeito está realizando uma ação comunicativa que não só representa um estado de coisas, como também a afirma assumindo a responsabilidade de que aquilo que está dizendo é verdadeiro. Enfim, podemos considerar um ato de fala toda a ação realizada através de um proferimento linguístico, onde se estabelece uma relação comunicativa entre aquele que fala e aquele que ouve. A comunicação é com isso um comportamento que obedece regras e convenções, pois um ato de fala é regido não somente por regras semânticas, mas também regras convencionais que dizem respeito à ação humana, ou seja, uma ação comunicativa só é possível se as pessoas envolvidas no discurso aceitam e invocam, mesmo que implicitamente, as convenções a ela adequadas. Podemos concluir então, que o ato ilocucionário não se dá unicamente na esfera do ato linguístico, mas que ele cria direitos e deveres para os que dele participam. Cabe dessa forma, fazer uma análise da linguagem com o compromisso de refletir criticamente sobre o problema da ideologia, já que o sujeito linguístico é considerado como parte e produto de um processo social comunicacional.

**ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR: PROPOSTAS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO - UMA UTOPIA OU UM CAMINHO POSSÍVEL A SER PERCORRIDO? LIMA, M. R. C.** (Programa de Pós-Graduação em Educação -FFC - Unesp - Campus de Marília - CNPq).

O trabalho pretendeu discutir uma concepção de administração escolar que considera a descentralização, a autonomia e a participação dos diferentes membros da comunidade escolar como fatores imprescindíveis para a democratização da educação e da sociedade. Discutir e refletir sobre conceitos como “descentralização, autonomia e participação”, no contexto atual da sociedade brasileira, firmada na matriz neoliberal, é um grande desafio. Estudos constatam, no Estado de São Paulo, a predominância de uma concepção de administração escolar de caráter centralizador, mais preocupada em cumprir as determinações de instâncias hierárquicas superiores norteadas pelas orientações dos organismos internacionais, do que em promover, nessa tendência, transformações que possibilitem avanços nas práticas sociais. Os princípios participação, autonomia, trabalho coletivo continuam restritos apenas aos discursos pedagógicos e proferidos, principalmente, em épocas de campanhas políticas ou para justificar “pacotes” impostos de reformas educativas. Uma análise histórica permite compreender que os movimentos e os reajustes do capitalismo tupiniquim estiveram sempre voltados para incrementar o processo de privatização, de dependência e de individualismo na sociedade brasileira, determinando, por sua vez, a permanência de estilos de administração escolar autoritários. Propostas alternativas, preocupadas na superação de tendências autoritárias, devem caminhar em busca da significação estrita dos conceitos de autonomia, participação e democratização. A repercussão da compreensão desses conceitos na administração escolar conduz os sujeitos do processo educacional a uma atuação criteriosa, tendo em vista não a apresentação de dados maquiadores, mas a construção efetiva de uma escola pública de qualidade. Meta essa que não se consegue apenas com “boa intenção” e discursos, mas sim, com a implantação de uma cultura de participação e de divisão de responsabilidades que possibilitem o alcance de soluções para os complexos problemas que assolam o interior das escolas. O educador deve estar ciente das inúmeras dificuldades que surgirão no processo de construção de um modelo de gestão participativo e democrático, todavia, não existe outra alternativa, parafraseando Raul Seixas diria que nada acabou, pois você tem dois pés para cruzar a ponte, a cabeça não agüenta se você parar, há uma voz que canta, uma voz que dança, uma voz que gira, bailando no ar.

Orientadora: Lourdes Marcelino Machado.

**PROJETO: “JOVEM, FAÇA ALGUÉM FELIZ” - APRENDER, RELEMBRAR, BRINCAR... QUANTO PRAZER ISTO DÁ!** MARTINS, E. J. D.; TAGAMI, W. M. (EE Hilmar Machado de Oliveira – Garça).

Na perspectiva de incentivo e reconhecimento do trabalho cooperativo e identificação das necessidades do ser humano, foi proposto por uma professora de Matemática, da EE Hilmar Machado de Oliveira, em Garça, atividades interessantes sobre números e numerais, atendendo o interesse dos assistidos do Lar dos Velhos. As ações envolvem trabalhar quantidade com criatividade, comparar quantidades através de figuras, contando, ordenando, utilizando-se de exercícios de coordenação motora, de linguagem corporal, desenho e pintura. Além disso, são montadas atividades de recreação com as letras, cantar e contar histórias. Esse trabalho envolve 19 monitores (alunos da 7ª A, que já desenvolviam trabalho nesta entidade e realizado levantamento diagnóstico de necessidades). O trabalho de orientação é feito em sala de aula, com objetivo também de socialização do trabalho para a classe. As ações já se iniciaram com idosos e vem trazendo resultados positivos, tendo em vista a receptividade, mudanças de comportamentos observáveis, depoimentos dos atendentes da entidade e a motivação dos monitores com as ações desenvolvidas, buscando sempre enriquecer e dar sentido à vida dos assistidos.

**PROJETO: JOVEM, FAÇA ALGUÉM FELIZ! - “APRENDER, PLANTAR, CULTIVAR... UMA UNIÃO SALUTAR”.** MARTINS, E. J. D.; BUENO, D. C.; BUENO, A. C. M. S. (FAEF/ Garça - EE Hilmar M. de Oliveria, Garça).

O desdobramento do Projeto *Jovem, faça alguém feliz*, foi proposto por dois alunos da FAEF (Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal de Garça-SP), do curso de Agronomia, que ministram aulas eventuais na EE Hilmar Machado de Oliveira, em Garça. Seu objetivo é formar monitores, na unidade escolar, num total de 05 alunos, que deverão atuar no Patronato Juvenil Garcense, para um público alvo de 15 crianças de 07 e 08 anos de idade. Este trabalho pretende divulgar as plantas utilizadas como ervas, sua utilidade em chás, desenvolvendo um trabalho teórico desde o plantio até a colheita, para que os alunos possam estender seus conhecimentos em casa, atuando na melhoria da dieta alimentar. As ações consistem em conhecimento teórico, de forma condizente com a faixa etária, tais como: características de cada erva medicinal cultivada, conceitos e cultivo e conhecimento prático, como escolha e preparo da área a ser cultivada, afofamento, calagem e adubação do solo, plantio e tratos culturais. O resultado do trabalho será ao longo do ano, com o canteiro formado.

**PROJETO: JOVEM, FAÇA ALGUÉM FELIZ! – “LER... É PRAZER”!** MARTINS, E. J. D.; SCARAMUCCI, D. H. Z. (EE Hilmar Machado de Oliveira - Garça / DE Regional Marília).

O Projeto desenvolvido na EE Hilmar Machado de Oliveira, *Ler é Prazer!* vincula-se ao Projeto *Jovem, faça alguém feliz*. O objetivo é o de incentivar a leitura e a escrita, levar o aluno a ser mais solidário e a se dignificar, refletindo sobre sua existência e a dos outros. Foram utilizados 08 monitores, alunos que atuam no Lar dos Velhos Frederico Ozanan e na Creche Dona Maria Leonor, em Garça-SP, enriquecendo pedagogicamente as aulas de Português. Os alunos contam suas experiências e trabalhos realizados por eles em suas visitas, que iniciaram com a apresentação do livro *Retratos e Vidas*, organizado por 03 alunas do Ensino Médio, que realizaram pesquisa e confecção do livro no ano anterior. As ações atingem as séries: 7ª A e B; 6ª C e D. Tiveram início em maio e o resultado foi visto pelo interesse e participação dos alunos, também registrado em filmagem. No encerramento anual do Projeto, espera-se a produção de livros de histórias de vida

e outros gêneros (mistério, amor, policial), interessantes e criativos a partir de suas experiências de leitura e vivência, que serão posteriormente contados pelos próprios autores durante visita às entidades.

**PROJETO: JOVEM, FAÇA ALGUÉM FELIZ! – QUESTÃO AMBIENTAL PARA CRIANÇAS.** MARTINS, E. J. D.; MAZZO, V. (EE Hilmar Machado de Oliveira. Garça-SP).

Pelas dimensões cada vez maiores dos problemas ambientais, torna-se necessário intensificar também as ações de conscientização para aquisição de novas posturas frente à questão ambiental. Para isso, uma professora de Geografia, da EE Hilmar Machado de Oliveira, em Garça-SP, propôs um trabalho a partir do princípio de que a preservação ambiental começa com pequenos atos. Esses conhecimentos são discutidos e organizados por um grupo de 08 monitores, sendo 03 alunos do Ensino Médio, 02 alunos de 8ª série, da EE Hilmar Machado de Oliveira, e 03 ex-alunos, sendo 02 da ETE Monsenhor Antonio Magliano e 01 do Colégio Santo Antonio, do Ensino Médio, todos de Garça-SP cujas ações programadas consistem em multiplicação dos seus conhecimentos em entidades assistenciais, através de histórias, dramatizações e fantoches, abordando os problemas ambientais e formas simples de preservação para os assistidos das creches do município. Tal trabalho será avaliado continuamente através dos pequenos atos do cotidiano em relação à preservação do meio em que vivem.

**A INTERDISCIPLINARIDADE COMO FORMA DE SUPERAR A FRAGMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO.** GANUTTI, E. A.; SANTO, S. R., (Departamento de Psicologia da Educação/Didática – Unesp – Campus de Marília).

Atualmente, evidencia-se no contexto escolar a grande dificuldade de se estabelecer relação entre idéias e realidade, educador e educando, teoria e ação, promovendo-se assim a despersonalização do processo pedagógico. Desta maneira, o ensino pouco tem contribuído na formação integral de alunos que possam e saibam resolver os problemas das mais diversas naturezas de um mundo bastante complexo. É inescusável tentarmos chegar a maiores níveis de reflexões sobre as pressuposições, normas e procedimentos implícitos nas diferentes práticas escolares, sabendo que estão atualmente descontextualizadas. Nesse sentido, o trabalho teve por objetivo apresentar e refletir sobre as metas da educação escolar e analisar a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Propusemo-nos a analisar as diferentes concepções de autores que se dedicaram a explicitar o presente tema e, assim, buscamos explorar um embasamento teórico para melhor compreensão do tema. Como resultado da pesquisa realizada, conclui-se que a prática interdisciplinar é uma importante aliada na superação da fragmentação do saber, na formação do homem pleno, uno. A interdisciplinaridade supõe um replanejamento curricular em função das necessidades dos educandos e da sociedade, no sentido de superar a fragmentação existente do conhecimento e assegurar a formação integral dos alunos. Envolve uma relação dialógica entre os vários profissionais da educação, em busca da troca de experiências, fundamentando a interação entre os envolvidos. Desta forma, não se considera a interdisciplinaridade como um conjunto de regras, uma vez que é um processo que nasce e desenvolve-se gradualmente de acordo com o empenho dos vários participantes do processo. A necessidade de uma prática interdisciplinar não é uma carência recente. Ela surge sobretudo, a partir do século XIX, onde as “grandes descobertas” do mundo Moderno passaram a exigir uma exagerada especialização, culminando com uma crescente compartimentalização do horizonte epistemológico.

**PROJETO: ADOLESCENTES, SEXUALIDADE, AIDS E ESCOLA.** ALVES, R.; BARSOTI, D.; BRANDALINE, F. E.; CARRIJO, F. A.; FREGONESE, A. A.; FELIPE, M. C.; RIZATO, C. C.; ROCHA, P. R.; ROMAN, R. C., RODRIGUES, M. C. T.; SANTA, C. R.; SANTOS, J. R. (Departamento de Psicologia Clínica - Unesp - Campus de Assis - PROEX).

Haja vista que atualmente, a iniciação sexual dos adolescentes começa cada vez mais cedo, percebemos que ela não vem acompanhada por uma orientação sexual fornecida pelos pais ou pela escola. Em pesquisas recentes, verificou-se que os adolescentes têm uma demanda cada vez maior em discutir questões relacionadas à AIDS, DSTs, gravidez e aborto. Além destas questões, há o desejo de se criar um espaço no qual assuntos emocionais e afetivos circulem nas discussões. Este espaço, no entanto, não está a disposição nem na instituição escolar, a qual se diz despreparada para enfrentar estas questões, nem na família, que delega essa função de educador sexual à escola. É importante salientar que, de certa forma, o espaço para a discussão da sexualidade adolescente existe, sendo abordada, entre outros assuntos, nos temas transversais, os quais pertencem à nova Lei de Diretrizes e Base. Porém, temos professores temerosos de que esta tarefa lhes caia nas mãos e reagem se defendendo como podem. Diante dessa realidade, realizamos um trabalho de intervenção numa escola pública do ensino médio do interior paulista, baseada na realização de grupos operativos organizados em diferentes níveis, com adolescentes, pais e professores. Os encontros acontecem quinzenalmente com os grupos de adolescentes de 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> séries, com o objetivo de obter informações, discutir e refletir sobre a sexualidade dos jovens, no que diz respeito à iniciação, contracepção, prevenção de DSTs, AIDS, etc. O trabalho realizado com os pais se dá nas reuniões escolares acontecidas a cada bimestre. Com eles, é discutido o modo como vivenciam a evolução do comportamento sexual dos filhos e quais são os temas de maior dificuldade. Já com a instituição escolar, tentamos construir uma rede integrada entre a família e a escola de maneira a facilitar e explicitar as competências de cada uma dessas instituições. O trabalho acontece com os professores e com a direção da escola mensalmente durante a hora de trabalho pedagógico. O projeto está em andamento e percebemos a receptividade dos alunos e professores nas questões até o momento abordadas. Há a constatação de que os jovens possuem informações superficiais sobre alguns métodos contraceptivos e preventivos contra AIDS, principalmente. Entretanto, eles ainda não possuem informações básicas do funcionamento do próprio corpo. Com os professores, constatamos que a maioria acha importante o trabalho desenvolvido, mas alguns o percebem com cautela, pois temem que o conhecimento sobre sexualidade antecipe a iniciação de muitos adolescentes.

Orientador (es) : Martinez, M. C. W. ; Valente, M. L. C.

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: AÇÕES, PROPOSIÇÕES E CONTRADIÇÕES.** GEBRAN, R. A. (Programa de Pós-Graduação em Educação - UNOESTE-Universidade do Oeste Paulista).

O presente trabalho constitui parte de uma pesquisa que vem sendo realizada em algumas escolas públicas de ensino fundamental, que objetiva analisar e compreender como o processo de implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), propostos pelo MEC, em 1997, vem se efetivando no cotidiano das escolas e da sala de aula. Pretende-se suscitar uma reflexão crítica sobre a proposta, colocada dentro do contexto da política educacional brasileira, observando-se, analiticamente, o significado da mesma para o sistema de ensino. O trabalho se desenvolve na perspectiva da pesquisa qualitativa, buscando a coleta de dados para posterior análise crítico-reflexiva. Nossos contatos com três escolas públicas de ensino fundamental, envolvendo direção, professores, coordenadores, têm permitido, por meio de entrevistas, observações, discussões, perceber os entraves e as possibilidades que permeiam a implantação das diretrizes apresentadas

pelos organismos ministeriais, destacando questões como padronização curricular, disciplinas e temas transversais, formação do professor e materialidade da proposta. Assim, procuramos, num primeiro momento situar os PCNs e suas interligações com a política neoliberal, incorporada pelo país nas últimas décadas, apontado as intencionalidades e os “viéses” dessa proposta. Num segundo momento buscamos apontar algumas contradições e incoerências do processo de implantação, que vem se instalando junto às escolas e aos professores, a partir de seu trabalho cotidiano. Acreditamos que essa reflexão crítica sobre o processo de implementação dos parâmetros curriculares poderá propiciar a visualização de encaminhamentos para a adequações e redimensões necessárias à efetivação do processo.

### **A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO CONTEXTO ATUAL: AINDA HÁ ESPERANÇA?** GIL DE SOUZA, M. T. B. T. (Pós-graduação em Educação - Unesp – Campus de Marília).

Na atual conjuntura social, a escola deve fornecer conhecimentos que possibilitem às pessoas situar-se no mundo de hoje, ler e interpretar informações existentes, conhecer e compreender tecnologias disponíveis, bem como continuar seu processo de aprendizagem de forma autônoma. Essa instituição, co-responsável pelo desenvolvimento individual de seus membros em todos os seus aspectos tem como objetivo inserir seus alunos como cidadãos independentes/conscientes numa sociedade pluralista. É o ideal. Na realidade, estará a escola, efetivamente realizando sua função social, proporcionando democraticamente acesso, permanência e sucesso dos alunos? Como é vista a função social da escola pelos adolescentes e jovens? Estará essa instituição defasada face ao avanço técnico/tecnológico da ‘sociedade do conhecimento em que vivemos’? Este estudo objetiva analisar a função da escola no espaço geográfico em que está inserida, sem perder de vista os aspectos que levam à formação do verdadeiro cidadão na sociedade atual, assim como analisar a concepção existente sobre o papel dessa instituição. Neste trabalho partimos da realidade de numa escola pública entrevistando representantes dos diferentes segmentos. Forma analisados questionários respondidos por alunos do ensino médio e a análise documental foi realizada através do plano da escola e do seu projeto pedagógico. Os resultados iniciais da pesquisa apontam para a importância da escola como local para adquirir conhecimento e cidadania, ficando em destaque a valorização dos professores como grandes responsáveis pelo cumprimento do papel da escola – ponto de vista dos alunos. Existem entraves para que a escola exerça sua função social. Os professores consideram a estrutura administrativa ‘o grande nó’ que dificulta o bom andamento da escola; já os alunos apontam a situação econômica como maior empecilho... Em tempos de hegemonia neoliberal o papel da escola não pode ficar reduzido a questões estatísticas, que mostram que o acesso à escola aumentou consideravelmente, mas na prática, o acesso ao conhecimento não aconteceu. A escola não pode ser um rito de passagem. É preciso que a escola reveja seu papel fundamental e seja reinventada em diversos aspectos: no que diz respeito à cidadania como prática social cotidiana e no que diz respeito a construção de um espaço de busca de diálogo, de encontro de diferentes saberes e possibilidades de expressão. É preciso aproveitar as ‘brechas’ que o sistema educacional apresenta para conseguir as mudanças necessárias através da ação-reflexão-ação de todos os envolvidos no processo.

### **O SIGNIFICADO DO REGIMENTO ESCOLAR NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA PÚBLICA – WATANABE, T. (Unesp - Campus de Presidente Prudente).**

O presente trabalho pretendeu: a) analisar a composição da Escola quanto às relações de trabalho em seu interior e quanto aos recursos materiais-financeiros para sua sustentação; b) identificar e comparar as peculiaridades das escolas em relação a alguns aspectos de sua estrutura e

funcionamento; c) analisar as expectativas de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe do Magistério sobre a Escola-Padrão; d) analisar e comparar as posições dos agentes envolvidos nas escolas estudadas, bem como as dos profissionais da Delegacia de Ensino e os dirigentes das Entidades de Classe do Magistério em relação ao Regimento Escolar, em especial, com referência ao seu papel na escola. O método utilizado foi a abordagem qualitativa mediante estudo de caso - em duas escolas estaduais comuns e uma Escola-Padrão. Os dados foram coletados por meio de observações diretas (1992-1995), entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Os principais resultados obtidos foram: a) não há uma integração total entre os diversos segmentos da escola, de um modo geral; b) na Escola-Padrão Tiradentes, o recebimento de recursos financeiros para desenvolver os projetos não autônomos do Plano Diretor contribui para a sua autonomia financeira e pedagógica, enquanto as escolas comuns, por não receberem recursos, estão fortemente atreladas à Delegacia de Ensino e à Secretaria da Educação; c) nas três escolas pesquisadas, contrariando a teoria apresentada, o Regimento Escolar não é fruto do Projeto Pedagógico. O Regimento Escolar utilizado não é o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus (1978), como deveria sê-lo. O Regimento Escolar está no dia-a-dia da escola, mas nem todos os agentes internos tomam conhecimento dele, chegando mesmo a desconhecer-lo. Não há divulgação da sua existência e da sua importância, nem do seu conteúdo completo. São apresentadas algumas ações para tornar o Regimento Escolar um instrumento real e efetivo de organização e funcionamento do trabalho na escola pública e sugestão de fases de elaboração do Regimento Escolar.

#### **A SUPERVISÃO ESCOLAR PAULISTA E O PROFESSOR COORDENADOR PEDAGÓGICO EM BUSCA DA DEFINIÇÃO DA FUNÇÃO.** QUAGLIO, P. (Depto. Administração e Supervisão Escolar – Unesp- Campus de Marília).

A partir da aprovação da Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, Lei 5 692/71, o Governo do Estado de São Paulo tomou uma série de medidas com o fim de propiciar condições para a sua implantação e implementação. Os serviços de supervisão que tiveram como marco inicial a inspeção foram estruturados segundo os princípios da supervisão dita “esclarecida”. Na Gestão da Secretária da Educação Rose Neubauer, a Resolução SE N. 28, de 04/04/96, dispôs sobre o processo de escolha para designação de Professor para exercer as funções de Coordenação Pedagógica nas escolas da rede pública estadual. O Professor Coordenador Pedagógico representa um profissional do Sistema de Supervisão Escolar Paulista. O pessoal do magistério tem uma certa expectativa em relação a sua atuação. O Professor que passou por um processo de seleção e capacitação corresponde às exigências da função? Verificar a função ou atuação do Professor Coordenador Pedagógico no interior da escola, aprofundar e esclarecer a questão é a tarefa que esta pesquisa em andamento pretende investigar, discutir e analisar. Atualizamos o referencial bibliográfico sobre supervisão, elaboramos dois instrumentos de pesquisa: a Ficha de Caracterização do Professor Coordenador e o Questionário sobre a função do Professor Coordenador. Preencheram os dois instrumentos 15 Professores Coordenadores Pedagógicos do Sistema Escolar Paulista. Pretendemos que um maior número preencha os instrumentos, através do auxílio dos alunos da Habilitação em Supervisão do Curso de Pedagogia da UNESP/ Marília, que durante a realização dos estágios nas escolas empenhar-se-ão na tarefa de coletar os dados. Durante o segundo semestre de 2001 haverá tratamento dos dados e construção dos Gráficos, Tabelas, Quadros, etc., para elaboração do Relatório.

### A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PEDERNEIRAS: UM ESTUDO DE CASO. MINGUILI, M. G. (Departamento de Educação - Unesp - Campus de Bauru).

**Introdução:** Estudo sobre a implantação da municipalização do ensino fundamental na cidade de Pederneiras (SP), no período de 1998 a 2000, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, pretendendo verificar o papel da comunidade na realização de um projeto de educação para a escola pública via Conselho Municipal de Educação (CME). O CME de Pederneiras é órgão deliberativo, normativo e consultivo, composto por 24 membros titulares e 24 suplentes, sendo 50% representantes dos profissionais da educação e 50% representantes dos usuários e da comunidade social. **Metodologia:** Pesquisa – ação através de análise de documentos (legislação pertinente; atas de reunião do CME; e outras informações do Departamento de Educação e Cultura - DEC - da Prefeitura Municipal de Pederneiras, de depoimentos de profissionais da educação) e da participação da investigadora no desenrolar do projeto de implantação. *Categorias de análise trabalhadas:* participação real e organização da comunidade. A primeira, entendida como participação efetiva, que gera consciência entre os envolvidos, podendo levar à transformação; tem o sentido qualitativo, qual seja, dos indivíduos atuarem como sujeitos na gestão da coisa pública; organização da comunidade, entendida no sentido de os cidadãos se organizarem coletivamente para atuarem junto ao Estado – Poder Local, obrigando-o a ser transparente, prestar contas, explicitar suas ações. **Resultados:** Diretrizes do CME e medidas (providências e ações) do DEC, fundamentadas na Lei 9394 / 96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na Lei 9424 / 96 do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) apontam para autonomia municipal (pedagógica, administrativa e financeira) na decisão sobre um Projeto de Educação e apontam também para o crescimento gradativo na organização da comunidade no que se refere à participação efetiva (real) no CME e para a transparência da Administração Municipal, com ganhos na promoção e valorização humana, tanto dos alunos quanto dos profissionais da educação. Dificuldades: a situação funcional dos professores estaduais, efetivos, que prestam serviços nas escolas municipalizadas. Próxima etapa: pesquisar a universalidade do ensino municipal.

### PROJETO VALORIZAÇÃO DA PESSOA. PEIXOTO, M. H; FERREIRA, S. E. R; LIFANTE, V. L; ROMAN, A. D; KONNO, C. Y; PEREIRA, H. C. S. C; DIAS, N. G; DIAS, T. A. (EE “Prof. Placídio Braga Nogueira”. Diretoria de Ensino de Presidente Prudente).

O Projeto Valorização da Pessoa surgiu da avaliação diagnóstica dos professores que trabalham nesta escola, cuja clientela procede de classes de baixa renda e de complexos familiares precários ou desestruturados. Muitos desses estudantes são quotidianamente colocados frente a problemas sociais de natureza grave, condicionando-os a comportamentos agressivos, muitas vezes auto-destrutivos, sem discernimento de limites, de hierarquia sócio-escolar. Este ano essa situação piorou, em função da implantação do Projeto da Secretaria da Educação intitulado “Ensinar e Aprender”. Esse projeto exige, em princípio, o agrupamento de alunos com defasagem idade/série, visando a aceleração de estudos. Foi aí que a realidade mudou para pior- configurou-se uma situação inédita para nós, até então não vivenciada- 70 alunos “piores” agregados em duas salas de aula- 100% deles se destacavam, na escola pelo comportamento extremamente indisciplinado, agressivo e sem valorização das questões éticas e sociais. Esse agrupamento dos alunos produziu uma atmosfera instável para o processo ensino-aprendizagem e tornou impossível a comunicação eficiente professor-aluno. Baseando-se no livro editado pela F. T.D (“Aprendendo a Ser e a Conviver”), a equipe escolar elaborou um projeto intitulado “Projeto de Valorização da Pessoa”, cujo objetivo, acima de tudo, era o de melhorar a comunicação professor-aluno e possibilitar um processo ensino-

*aprendizagem com resultados mais satisfatórios em sala de aula. Os temas abordados seriam trabalhados através de dinâmicas de grupo. Primeiro com dinâmicas de identidade pessoal (conhecer a si mesmo), depois de integração, de comunicação social, de sexualidade; de cidadania e, enfim, da formulação de um projeto de vida pessoal, com duração semanal de uma ou duas horas de aula, conforme a dinâmica a ser aplicada. 1- Mudança drástica de atitude do alunado- desde a primeira aplicação da metodologia; 2- Ficou evidente também que a agressão, a violência, os palavrões e a ausência de limites tão usuais nesses alunos são carapaças que usam para se defenderem de um meio ambiente que consideram hostil; 3- que a carência desses alunos não é, na sua essência, material, mas sobretudo afetiva; 4- que na adversidade (ou seja, na convivência simultânea do professor com cerca dos trinta alunos “piores” da escola), descobrimos a virtude que neles se encerra, ou seja, que podem ser trabalhados a partir da exploração dos seus potenciais de uma forma muito mais produtiva e prazerosa do que como regularmente se faz na repressão sistemática de suas limitações.*

### **A FORMAÇÃO DE “COMISSÕES AMPLIADAS” PARA A FORMATAÇÃO DE PORTARIAS REGULAMENTARES PARA O ENSINO PÚBLICO DA REDE MUNICIPAL EM FLORIANÓPOLIS. PLATT, A. D. (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – UNICAMP).**

Com a urgente necessidade de organizar a minuta da portaria que regulamentaria o processo de avaliação para a rede municipal de ensino de Florianópolis/SC, formou-se, a partir da deliberação do Conselho Municipal de Educação, uma “Comissão Ampliada” que teria como principal incumbência a formatação de tal instrumento. A Comissão formou-se a partir de uma “chamada às escolas” para que, em reunião com todos os segmentos da comunidade escolar, fossem escolhidos seus representantes. A partir disto, foi outorgado a esta comissão, em ato deliberativo da Prefeitura Municipal, plenos poderes para a utilização de instrumentos diversos à rede de ensino, a fim de subsidiar tal empreitada. Desta forma, organizaram-se reuniões periódicas desta comissão – semanais, nas dependências do Conselho Municipal de Educação - que utilizou-se da coleta de dados, oportunizada por documentos emitidos às unidades de ensino para o enunciamento de sua prática avaliativa e o encaminhamento de propostas/sugestões; além do estudo de documentos que dispunham das portarias em anos anteriores e de outros documentos oficiais que regem a prática avaliativa (LDB 9394/96). A Comissão também reconheceu os trabalhos emitidos de um grupo paralelo à mesma, formado por outros profissionais da educação, pertencentes a rede municipal, que estavam em desacordo com deliberações para a formação de tal comissão e dos instrumentos dispostos para a confecção da portaria. Após cinco meses de atividade, esta Comissão Ampliada gestou uma proposta para a portaria municipal, organizando a avaliação que seria minimamente comum às escolas da rede municipal de ensino em Florianópolis.

### **MATERIAIS DIDÁTICOS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA À LUZ DOS PCNs. PINEDA, L.G., IGARASHI, V. R. (Departamento de Educação - FCL - Unesp - Campus de Assis).**

Nosso trabalho tem o intuito de refletir sobre os materiais didáticos de língua estrangeira. Com o apoio dos PCNs, buscamos uma maneira alternativa de pensar, planejar e montar materiais didáticos. Para trabalhar a produção de textos de gêneros diversos em sala de aula, partimos dos conhecimentos *sistêmico* (que envolve os vários níveis de organização ligúística que as pessoas têm: os conhecimentos léxico-semânticos, morfológicos, sintáticos e fonético-fonológicos), de *mundo* (refere-se ao conhecimento convencional que as pessoas possuem sobre as coisas, isto é, seu pré-

conhecimento de mundo ), e da *organização textual* (é aquele em que o usuário de uma língua engloba as rotinas interacionais que as pessoas usam para organizar a informação em textos orais e escritos). Tais conhecimentos compõem a competência comunicativa do aluno e o preparam para o engajamento discursivo. Partindo desses conhecimentos, organizamos materiais didáticos para língua estrangeira trabalhando os diferentes tipos de gênero, tanto da linguagem oral quanto da linguagem escrita.

Orientador: Juvenal Zanchetta Júnior.

**O USO DO COMPUTADOR NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE PRESIDENTE PRUDENTE, DE 1995 A 2000. MANZANO, A. F.** (Departamento de Educação – FCT – Unesp - Campus de Presidente Prudente).

Este trabalho de pesquisa se presta a analisar como foi utilizado o computador no Ensino Médio da Rede Pública da cidade de Presidente Prudente, no período de 1995 a 2000, quando houve o crescimento da utilização da Internet no país, após sua regulamentação através da Portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia nº 148, de 31/05/95, fato evidenciado também nesta rede através de projetos da Secretaria Estadual de Educação. Refletindo sobre o impacto causado pela implantação do computador nas escolas, suas aplicações e usos, e qual foi a reação do professor e do aluno a esta realidade. Este fato se insere no contexto atual, repleto de expectativas quanto aos desafios da nova ordem mundial, onde estão sendo questionados os papéis da educação, do educador e do aluno. Coloca-se o uso da tecnologia como uma das principais alavancas para a melhoria da Educação. Porém, até que ponto ela está como ferramenta a serviço do ensino ou como mero apelo comercial, utilizada como arma de marketing tanto particular como pública. Também nos é pertinente se o uso do computador não está se restringindo apenas à instalação de equipamentos em escola, sem um planejamento prévio, ou capacitação técnica para a melhor aplicação dos mesmos, já que se tratam de bens de certo valor financeiro, comprados às custas de recursos públicos, que não estariam a serviço do seu fim proposto, o emprego no ensino. A pressão social e econômica à educação, aliada ao fato da escola estar se sintonizando às novas realidades, faz necessária a análise desta questão, dada a pouca bibliografia produzida no país sobre esta problemática.

Orientadora: Rita Filomena Andrade Januário Bettini.

**O MUSEU HISTÓRICO E ARQUIVO MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO. A RECUPERAÇÃO DO ACERVO E DIVULGAÇÃO DO MUSEU E ARQUIVO À COMUNIDADE. ALBUQUERQUE, BETTINI, R. F. A. J.; D.G.; BELÃO, V. K.; CABICIERA, G. O.; KÜNZLI, R.; MANZANO, A. F.; MARTINS, P. A.; MENEZES, J. A. A.; SILVA, A. M.; SILVA, L. M.** (Departamentos de Educação e Planejamento - FCT – Unesp – Campus de Presidente Prudente).

O Museu Histórico e Arquivo de Presidente Prudente foi criado em 26/08/1975 através de uma Fundação de Direito Público e vem, desde então, amalhando um acervo sobre a história de Presidente Prudente e região. No entanto, esse material não tem tido o uso desejável e possível, seja para os pesquisadores, seja para os alunos das escolas de ensino fundamental, médio e superior, seja para a comunidade em geral. A idéia de propor esta pesquisa surgiu em função de a Fundação do Museu e Arquivo estar desempenhando, sobretudo, o papel de depositário de objetos históricos, fotos e documentos, sem critérios estabelecidos, mantendo sob sua guarda, sem maiores condições, o acervo, tendo dificuldades na preservação e divulgação desta memória histórica, quer através de exposições, quer proporcionando o acesso do arquivo à pesquisa. Com base nas experiências de exposições etnográficas, arqueológicas e históricas, bem como da abertura do acervo à pesquisa,

em trabalhos já realizados por alunos da graduação e pós-graduação, sob orientação de docentes deste campus, é que se constituiu uma equipe de trabalho interdepartamental, a qual se dispôs a transferir parte de seus conhecimentos no projeto de **reestruturação** do Museu e Arquivo desta cidade. A primeira etapa da pesquisa constituiu-se na avaliação das condições físicas do Museu e guarda do acervo. Dado o volume e diversidade do trabalho, ao se constituir a segunda etapa, foi ampliada a equipe de pesquisa, para atender ao fundo fotográfico, com acervo de aproximadamente 8000 fotos, e vem procedendo sistematicamente o inventário e a catalogação do mesmo. Para identificar parte deste acervo, estará realizando eventos que envolvam os membros do grupo da Terceira Idade que fazem parte do Projeto “UNESP Aberta a Terceira Idade”, os quais ainda são a Memória Viva, na medida em que esta é uma cidade nova, cuja fundação data do início do séc XX. Os depoimentos tomados no grupo da Terceira Idade e com outras pessoas ligadas à fundação da mesma ou remanescentes aos pioneiros do Oeste Paulista, serão gravados e constituirão um novo fundo do Museu e Arquivo. Por fim, o que se pretende é a reestruturação do acervo do Museu e Arquivo, de forma a devolver aos cidadãos prudentinos um espaço no qual estes poderão se reconhecer.

Orientadoras: Rita Filomena Andrade Januário Bettini; Ruth Künzli.

#### **A RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE. ESCOBAR, G.E.N.A.; ALENCAR, V. (Faculdades Integradas de Campo Grande – FIC/UNAES).**

Um dos Princípios definidos pela Constituição Federal de 1988 é a gestão democrática no ensino público. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 refere-se a esse princípio, explicitando que a gestão democrática na escola deve ser efetivada com a participação da comunidade interna e externa na escola. Esse estudo de caso, realizado numa escola pública, no município de Campo Grande/MS, tem como objetivos identificar e analisar as contribuições da gestão do trabalho escolar na relação com a comunidade, verificar se a concepção do dirigente escolar tem como princípio norteador do seu trabalho a prática da participação, divulgar as relações de proximidade existentes na escola com a comunidade e apresentar recomendações para estreitar as relações escola e comunidade. Realizamos entrevistas a fim de verificar como foi elaborado o projeto político pedagógico e se contou com a participação comunitária, e de observação direta para conhecer se as demais ações da escola estão favorecendo a participação ou se estão somente nos documentos da instituição. É necessário que a participação seja entendida e aceita internamente por todos os membros dentro da escola, para depois ser levada à comunidade e isso implica fazer rupturas com o existente para poder avançar, buscando uma forma de organização que supere os conflitos na escola e em sua globalidade. Nesse sentido, fica claro entender que o processo de gestão democrática no interior da escola exige um envolvimento de toda a equipe para uma reflexão sobre o seu cotidiano, isso requer uma democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação. A atuação do gestor escolar é fundamental que tenha capacidade de influenciar positivamente o grupo que envolve a escola para despertar a união em ações comuns para sobrevivência e o sucesso da instituição. Para que o gestor possa garantir o bom funcionamento da escola, é necessário que tenha uma visão educativa para melhor estar direcionando as atividades buscando atingir os objetivos pré-estabelecidos por toda equipe. Dessa forma o diretor em sua ação administrativa, terá como princípios básicos a ação educativa para melhor estar encaminhando o processo educativo.

Orientadora: Liliana G. A. Martins.

**INCENTIVO À LEITURA NAS SÉRIES INICIAIS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. ANTONIO GARCIA EGÉA – MARÍLIA. VERONEZE, C. M. M.**

Os resultados de intervenções do educador através de atividades e trabalhos desenvolvidos em sala de aula, mostram que mesmo que o educando não tenha acesso à meios escritos em casa, podem na escola adquirir o hábito pela leitura e levá-lo para sua vida extra escolar. Mas, em geral não há a preocupação do educador em desenvolver esse tipo de trabalho utilizando recursos que possam fazer da leitura algo significativo e de grande relevância social ao educando. Dessa forma, a leitura passa a ser mecânica e só acontece quando é cobrada. Um exemplo disso é o caso de uma turma de 4ª série, em uma escola municipal em um distrito da cidade de Marília, que não realizavam leituras periódicas e desconheciam os diversos tipos de leitura. A maioria dessas crianças, com faixa etária entre dez e onze anos, vive em situações precárias em vários aspectos, na zona rural. Em muitos casos os pais são analfabetos ou então não completaram o ensino fundamental, em suas residências não há livros, jornais, revistas e outros tipos de leitura. Desestimulados, na escola, os educandos não utilizavam os recursos que esta oferecia. Buscou-se a cada etapa do trabalho mostrar os diferentes tipos de leitura, suas características e função social. Foram desenvolvidas atividades baseadas nos conteúdos de cada área da série em questão, e como encerramento foi dramatizada, pelos próprios educandos, uma história em que a importância do hábito da leitura era ressaltada, incentivando assim os demais educandos da escola. Após o desenvolvimento desse trabalho a turma já reconhece a função social da leitura, que passou a ser um hábito diário de interesse próprio, originando interpretações e conversas com significativas trocas de experiências e opiniões sobre cada assunto abordado em sala de aula.

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A BIBLIOTECA ESCOLAR. GUARIDO, M. D. M.; OLIVEIRA, E.F.T. (Departamento de Ciência da Informação - Unesp - Campus de Marília).**

O Curso de Biblioteconomia, da Unesp, Campus de Marília, através de seu estágio curricular, propõe atividades que se estendem às entidades públicas e privadas com a finalidade de dar pleno exercício aos alunos de toda teoria aprendida na universidade, com duplo proveito: de formação integral deste profissional e de caráter social, oferecendo às atividades públicas e privadas o benefício destes serviços. O Curso oferece quatro modalidades de estágio, entre elas a Biblioteca Escolar, que são supervisionadas por professores do Departamento que elaboram um plano de atividades de estágio. A biblioteca escolar tem como objetivos específicos facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para uso dos professores, como para uso dos alunos; desenvolver nestes o gosto pela boa leitura, habituando-os a utilizar os livros; desenvolver-lhes a capacidade de pesquisa, enriquecendo sua experiência pessoal, tornando-os, assim, mais aptos a progredir nos estudos e profissões para ao quais estão sendo preparados. A política do Curso de Biblioteconomia, através de sua Comissão de estágio é de priorizar as Bibliotecas de instituições públicas como campo de estágio. Assim, a escola pública tem sido uma das nossas prioridades. As diferentes políticas públicas, em relação à educação são vivenciadas pelo estagiário, pois a cada ciclo político do Estado, o conceito de Biblioteca, o espaço destinado à ela e o acervo se modificam. Como tem se portado as escolas da rede pública diante desta situação? Continuamente é solicitado à comissão de estágio assessoria para implementação e organização da Biblioteca Escolar. Depara-se sempre com um mesmo ambiente: bibliotecas desorganizadas, com perda de material já processado e necessitando de reorganização. O trabalho é realizado porém não é feita a manutenção pelos diretores da escola, quer seja, pelo deslocamento da biblioteca para outro local, quer seja pela falta de atendimento ao usuário escolar. Outro ponto a se destacar, é o relativo à participação dos

estagiários apenas para organização do acervo. É sabido que a função do bibliotecário vai além dos serviços técnicos, tem também um cunho educativo e portanto deve participar da construção do projeto político pedagógico da escola para poder contribuir com a informação necessária à formação do aluno.

**O PROJETO NO COTIDIANO ESCOLAR.** FERRI, C. Z., BARRETO, R. (EMEF “Profª. Alayde Tortorella Faria Motta”).

A preocupação em atender novas demandas educativas colocadas por um contexto de exigências crescentes, de competências educacionais e sociais, fez com que buscássemos cotidianas práticas escolares, dando-lhes novas “roupagem”, mais coerentes com os novos paradigmas educacionais. À partir de s reflexões realizadas com todos os educadores da Unidade Escolar (“Quem somos, e o que queremos com nosso trabalho?”, “Para que serve a Escola em nossa sociedade?”, “Quem são os alunos da Escola Pública e da nossa Escola?”, e “Qual é o trabalho de Ensino/Aprendizagem que estamos realizando em nossa Escola?”). Na Semana de Planejamento, os educadores sentiram a necessidade de estarmos trabalhando com projetos que visassem contribuir com atividades diferentes, contextualizadas, mais dinâmicas, lúdicas, e pesquisas de campo em locais que enriquecessem o conhecimento do educando. Nos últimos dois anos, na EMEF “Profª. Alayde Tortorella Faria Motta”, procuramos desenvolver projetos nos quais os educadores pudessem sair do cotidiano de sala de aula, tais como: “Olha a Água, Cidadão!”, “Bazar da Pechincha”, “Quem Sou Eu?”, “Jornal na Sala de Aula”, “Descobrimo o Mundo”, “Interagindo com o Conhecimento” (Alfabetização). Sendo assim, partimos do interesse, bem como da realidade da escola, sociedade, educadores, educandos, das experiências socioculturais de todos os envolvidos no processo educativo. Os projetos possibilitam formatar idéias, atingir objetivos, o que exige constantes modificações em colaborações, propiciando o diálogo e a troca de experiências entre os envolvidos. Além do entrosamento entre os profissionais, os alunos tiveram e tem oportunidades de realizarem trocas e expor suas idéias, e fazerem constantes pesquisas. Os projetos foram discutidos durante os HTPCs, à medida em que iam surgindo as dúvidas sobre determinados assuntos, buscava-se outras alternativas, envolvendo todas as áreas do conhecimento (interdisciplinar).

**O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO E CONQUISTA.** KLÉBIS, Augusta B. S. Oliveira; LEITE, Yoshie U. Ferrari; DEÁK, Simone C. Pereira. (Conselho Municipal de Educação - Presidente Prudente).

O presente relato diz respeito a todo o esforço que o Conselho Municipal de Educação - COMED de P. Prudente - tem feito para se constituir num espaço de discussão, reflexão e participação das questões educacionais. Desde a sua criação em abril de 1997, a sua meta tem sido assegurar que a educação no Município passe a ser criação dos diversos segmentos da comunidade, visando uma educação de qualidade para toda a população. Dessa forma, o COMED desencadeou uma série de ações, procurando superar todas as dificuldades para se tornar um espaço de decisões coletivas. Buscou ainda, a articulação com outros Conselhos, Secretarias, Sindicatos e Instituições para que suas ações atingissem o objetivo desejado frente aos complexos desafios da área educacional. A seguir, destacamos algumas das ações realizadas pelo COMED no período de abril/1997 a dezembro/2000: a) processo de municipalização de ensino de P. Prudente - a participação do COMED foi decisiva para que ele ocorresse de forma mais democrática e menos traumática possível; b) participação no processo de discussão, elaboração, análise e aprovação do Regimento Comum das Escolas Municipais de P. Prudente; c) articulação com o Conselho Municipal

de Direitos da Criança e do Adolescente e com o Conselho Tutelar para discussão e elaboração dos critérios de atendimento à demanda de educação infantil; d) discussão, análise e aprovação do Estatuto do Magistério; e) realização de discussões e debates sobre a criação do Módulo de Funcionários das Escolas Municipais e posterior aprovação; f) discussões e debates sobre o Plano Municipal de Educação; g) aprovação e encaminhamento à SEDUC das diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Educação; h) articulação com a Promotoria Pública, CMDCA e Conselho Tutelar para a execução da Campanha “Volte Pró Ficar”, com o objetivo de garantir o ensino fundamental a todas as crianças e a todo cidadão que a ele não teve acesso; i) participação na comissão inter-face que analisa o pedido de inscrição das entidades filantrópicas de cunho educacional no Conselho Municipal de Assistência Social. Com certeza, a caminhada por uma educação de qualidade está só se iniciando, mas julgamos que o COMED teve e poderá ter um papel muito importante nesta jornada.

**A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA CRÍTICA E DIALÉTICA DE PIERRE BOURDIEU.**  
**LIMA, M.M.** (Dissertação de Mestrado em Educação - FFC - Unesp - Campus de Marília).

Com a publicação de *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, em 1975, as idéias do sociólogo francês Pierre Bourdieu passaram a ser citadas nas análises educacionais brasileiras. Equívocos de interpretação das proposições divulgadas no livro citado geraram a inclusão de Bourdieu e Passeron, seu colaborador naquele trabalho, e a sua “Teoria da Violência Simbólica” na categoria “crítico-reprodutivista”, ou seja, como teoria não-dialética. A partir da consideração do modo de pensar a educação de Bourdieu como crítico e dialético, foram apontados os equívocos de leitura dos educadores na década de 70 centrando a análise nos textos de Dermeval Saviani e, a partir da problematização de Luís Antônio Cunha, foi justificada a ocorrência dos problemas na apropriação do conceito de reprodução e da idéia de educação de Bourdieu no Brasil. Foi recuperada a relação entre o processo de reprodução das estruturas sociais dentro do sistema teórico-sociológico de Bourdieu, mostrando a sua relação com a formação das disposições duráveis interiorizadas pelos agentes singulares inconscientemente, que compõem a noção de *habitus* e o lugar da educação nesse processo. A pesquisa teórica realizada permitiu a conclusão de que Bourdieu pensa a educação dialeticamente e não mecanicamente, por entender este aspecto da vida social como atuante na dinâmica da reprodução do capital cultural e, através desse processo, contribuindo para a manutenção/alteração das relações de força e das relações simbólicas entre os grupos e as classes sociais.

**REGIMENTO ESCOLAR: UM EXERCÍCIO DE AUTONOMIA OU DE AUTORITARISMO?** WATANABE, Tsutaka (Departamento de Educação - FCT - Unesp - Campus de Presidente Prudente).

Este trabalho pretendeu: a) analisar como se deu o processo de elaboração do Regimento Escolar próprio de uma Escola Estadual; b) analisar o Regimento Escolar de uma Escola Estadual para ver se está conforme o seu Projeto Pedagógico, revelando a sua individualidade e a sua autonomia. Foi construído o referencial teórico: Regimento Escolar e Projeto Pedagógico. Optei por um estudo de natureza qualitativa, por meio do estudo de caso, em uma Escola Estadual. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Os principais resultados foram: a discussão/elaboração do Regimento Escolar, na Escola Estadual “Duque de Caxias”, foi um exercício de autonomia na medida em que as pessoas puderam por em prática o seu poder decisório, embora refletindo sobre o “modelo” trazido pelo diretor, e foi um exercício de

autoritarismo na medida em que se submeteram às Normas Regimentais Básicas expedidas pela Secretaria da Educação, pois a escola praticamente se desobrigou de refletir sobre sua própria organização. O processo democrático esteve presente na discussão/elaboração do Regimento Escolar, para a tomada de decisão, porque todos os segmentos da comunidade escolar se fizeram presentes, dando legitimidade ao processo. Passou-se das relações verticais e hierárquicas, para a horizontalidade das relações, onde o diálogo está presente, com manifestação de pluralismo de idéias e existência de conflito. O Regimento Escolar aprovado foi divulgado, para professores, com distribuição de exemplares; para alunos, com explicação oral e distribuição somente de “direitos e deveres” impressos; afixação de direitos e deveres em sala de aula e corredores e cópia de próprio punho pelos alunos, nos cadernos; para os pais, em Reunião de Pais e Mestres, divulgação oral. O Regimento Escolar é conhecido parcialmente pela maioria das pessoas da comunidade escolar pois não houve reprodução integral e distribuição do Regimento Escolar para todos. Por ter participado da discussão/elaboração do Regimento Escolar e por conhecê-lo, os alunos não são facilmente dominados, pois vêm com olhos próprios e não com olhos alheios. A escola elaborou o Regimento Escolar antes do seu “Projeto Pedagógico” (“Proposta Pedagógica”). A “Proposta Pedagógica” do “Caxias” resultou num documento híbrido – meio “Projeto Pedagógico”, meio “Regimento Escolar”. O Regimento Escolar foi o orientador da “Proposta Pedagógica”, contrariando a teoria.

**RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE: UM DESAFIO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA PÚBLICA. AREDES, A. P. J.** (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Pós-Graduação em Educação - FFC - Unesp- Campus de Marília. CNPq).

Parte-se do entendimento de que a escola não é um espaço isolado do contexto global. De que parte, deve estar presente no processo de organização de modo que as ações a serem desenvolvidas estejam voltadas para as necessidades comunitárias. Nesse sentido, a escola existe para atender as necessidades da comunidade. Vale indagar: esta é uma realidade? Quais são os interesses da comunidade em relação à escola? A quem esta instituição está verdadeiramente servindo? Qual é a verdadeira relação entre escola e comunidade? Como esta deve ser tendo em vista a efetivação da democracia na escola? O que se entende por escola democrática? São questões inquietantes neste estudo. Por outro lado, para abordar este tema faz-se necessário enfocar a questão da participação. Na verdade, é fundamental entender como esta vem sendo concebida, inclusive pelas políticas públicas atuais para a educação. Nota-se que no interior das escolas públicas a participação não deve ser para todos, por exemplo, pais analfabetos não podem interferir no desenvolvimento dos filhos, estes não têm estrutura suficiente para tal. Nesse sentido, é possível afirmar que a própria concepção de participação presente nas pessoas que trabalham na escola parece muito confusa. A idéia de execução é uma definição muito bem aceita entre aqueles que querem controlar o trabalho alheio. Desse modo consideramos importante redefinir este conceito pautando-se em alguns pressupostos, tais como: 1) Desprivatizar a gestão da res publica, o que implica democratizar e desprivatizar o Estado; 2) mecanismo de representação e participação política; superar a incompatibilidade existente entre modelos burocráticos e práticas democráticas; efetiva descentralização e autonomia; aliar práticas representativas com práticas de democracia direta; possibilidades reais de serem tomadas decisões. Assim sendo, defendemos a idéia de que a comunidade deve ser uma aliada da escola. Esta só será verdadeiramente pública à medida em que abrir-se para a comunidade. Trata-se de uma política de devolução democrática. Processo que se fará através da descentralização e da autonomia, legitimadas por suas formas de governação democrática e de participação ativa na tomada de decisões.

**INTEGRAÇÃO ESCOLA - COMUNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE OCAUÇU.** CRUZ, Marilda Guimarães (Depto. Psicologia da Educação – Unesp – Campus de Marília).

O presente trabalho faz parte de um projeto maior que vem sendo realizado em uma escola pública estadual do município de Ocaçu (SP). Tem como objetivo elaborar um programa de apoio instrucional baseado nas novas tendências da gestão escolar que coloca a comunidade dentro da escola, transformando esta última em um centro de convivência. A escolha de tal cidade justificase por ser considerada, após algumas pesquisas, como um dos municípios mais carente do Estado de São Paulo. A nossa meta, a partir deste trabalho, é a de proporcionar aos pais referenciais que possibilitem uma maior atuação na educação dos filhos e mostrar-lhes uma nova visão de escola, não apenas como lugar de ensino formal, mas um local de encontro de toda a comunidade, ou seja, um espaço onde as famílias possam se reunir e participar de diferentes atividades de trabalho conjunto. O contato entre a escola e a comunidade consolidou-se por meio do deslocamento de estudantes e professora da universidade até o município de Ocaçu. O trabalho ainda se encontra em andamento, visto que os dados coletados através dos três primeiros encontros já são passíveis de análise. Além da pesquisa de campo fundamentada em observação, relatos de experiências entre universitários e pais e dinâmicas de grupo, ressaltamos o estudo bibliográfico baseado nas teorias referentes ao papel social da instituição escolar frente à comunidade. No primeiro e segundo encontros, apesar da presença de um pequeno número de pais, o trabalho esteve calcado em dinâmicas de grupos com a finalidade de conhecimento dos sujeitos com os quais a pesquisa se transcorreria. Paralelo às dinâmicas, foi possível a troca de vivências entre os envolvidos, buscando levantar os principais problemas que afetam a dada realidade. Já no terceiro encontro, o número de pais foi significativo. O grupo aproximado de 140 pais foi dividido em três subgrupos, onde os estudantes universitários aplicaram dinâmicas com finalidades específicas e realizaram pequenas discussões coletivas com os membros do grupo. Apesar de o trabalho estar em andamento, percebemos alguns resultados consideráveis, entre eles as primeiras reflexões feitas pelos pais acerca da função da escola e da sua atuação enquanto participantes dessa instituição pública.

Orientadora: Marília Higa.

**RESGATANDO A AUTO-ESTIMA DE PROFESSORES, PAIS E ALUNOS QUE APRESENTAM DIFICULDADES ESCOLARES.** OTRE, M. F. (Curso de Pedagogia - FFC - Unesp – Campus de Marília).

Com o propósito de melhorar o rendimento de um grupo de alunos que freqüentam as quatro primeiras séries do ensino fundamental, uma escola pública localizada na zona sul de Marília - SP elaboramos um projeto envolvendo crianças, pais e professores. Entretanto, no momento em que os problemas começaram a ser colocados houve uma retirada gradativa dos pais, talvez por sentirem-se impotentes frente ao fracasso da criança. Diante do impasse, apresentamos à escola um projeto alternativo, pautado na co-responsabilidade entre escola-família-alunos-universidade. O desenvolvimento do projeto foi dividido em diferentes etapas: 1- Sensibilização e tomada de decisões (1 mês); 2- A escola sonhada e a escola real (2 meses); 3- análise do contexto e seleção de prioridades (1 mês); 4- Comissões de trabalho e execução das ações planejadas (2 meses); 5-Avaliação e ampliação do projeto (1 mês). Nas duas primeiras etapas foram proporcionadas dois encontros entre representantes da escola e famílias para uma reflexão preliminar, realizando-se posteriormente entrevistas individuais com professores, pais e, também, selecionou-se uma estagiária para atuação direta junto a nove alunos que apresentam dificuldades escolares e formarão um grupo de estudo piloto. Os procedimentos até agora adotados são indicativos de que as oportunidades para as

pessoas se expressarem, acrescidas da reflexão conjunta e da valorização de suas próprias experiências e capacidades aumentam a auto-estima pessoal e a confiança necessárias para se encontrar soluções mais efetivas aos problemas escolares.

Orientadora: SANCHES, C.S.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DO ESTUDO DAS NASCENTES DE ABASTECIMENTO DA CIDADE. BARREIRO, I. M. de F. (Departamento de Educação - FCL - Unesp - Campus de Assis).**

Este projeto está sendo desenvolvido na escola EEMEIF Lucas Thomas Menk, para as classes de 1ª a 4ª séries, a 380 alunos, como resultado da parceria estabelecida entre a Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, a Unidade de Conservação (UC) e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, por meio da realização de estágio em Educação Ambiental, aos alunos do curso de Psicologia e Biologia. O estágio em Educação Ambiental vem sendo desenvolvido desde 1998, como parte das atividades da disciplina Prática de Ensino de Psicologia, sendo ampliado este ano com a participação da FEMA no trabalho de orientação da coleta e análise da qualidade da água e dos alunos da disciplina Prática de Ensino Ciências e Biologia. As áreas de estudo para a educação ambiental estão no município de Assis, sendo as nascentes dos córregos que compõem o manancial de abastecimento da cidade. Além de se trabalhar para a recuperação e preservação destas nascente, o tema água conduz a outras questões, como solo, desmatamento, mata ciliar, tratamento do lixo, poluição, esgoto, preservação dos recursos naturais, facilitando o tratamento interdisciplinar que requer a educação ambiental. Os estagiários e professores visitaram as nascentes, e os alunos da escola irão a partir de setembro, visando a compreensão e a dimensão de uma bacia hidrográfica e o seu papel na conservação da qualidade de água, através da realização de coletas, estudo de campo das nascentes, acompanhamento das análises laboratoriais e com discussão. Na sala de aula serão desenvolvidas atividades em Educação Ambiental, com a ajuda dos estagiários, numa abordagem interdisciplinar, aproveitando amplamente os Tema Transversal Meio Ambiente. A preparação, discussão e avaliação dos trabalhos ocorre nas reuniões de HTPC. Esperamos que os participantes do projeto adquiram uma visão global e de integração sobre o meio ambiente, tornando-se multiplicadores de ações conservacionistas.

**A TRAJETÓRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE: DA COMPREENSÃO À MUDANÇA. DEÁK, S. C. P.; FERREIRA, R. H. P. C. (Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Municipal – FCT - Unesp – Campus de Presidente Prudente – Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente).**

O presente trabalho resgata a trajetória da Secretaria Municipal de Educação, desde a sua criação, em 1983, até 1999, a partir da construção da sua história e da análise dos elementos presentes nesta. Para a recuperação dessa trajetória nos baseamos em relatórios da própria Secretaria, em entrevistas com secretários, funcionários e ex-funcionários e também da nossa própria vivência nesse processo. O histórico construído descreve o início da organização da Secretaria, seus primeiros programas, o processo de crescimento e complexificação da rede municipal de educação, à medida que as administrações se sucediam. Analisando esta trajetória detectamos problemas como: “ausência” de dados sistematizados em relação ao atendimento; descontinuidade dos projetos, que ocorriam nas mudanças de governo ou mesmo dentro de um mesmo governo; “ausência” de sistematização em relação à formação continuada; crescimento da rede acompanhado por uma complexidade de exigências e pela “ausência” de uma política de gestão mais organizada, resultando

no não atendimento das demandas. Concluindo, apontamos quatro necessidades para se pensar a política educacional do município: a sistematização dos dados educacionais do município, que possa contribuir para a superação da fragmentação e descontinuidade das políticas educacionais; a construção de uma proposta curricular para todas as modalidades de ensino que a rede possui hoje; a construção de uma política de formação continuada, e uma proposta de construção da autonomia das Unidades Escolares.

**FEIRA DAS ORIGENS.** GONÇALVES, D. P.; PEDROTTI, I. M. H. P.; BERNARDO, A. M.; OLIVEIRA, L. H. P. P. (Colégio Camões – Santa Cruz do Rio Pardo).

O objetivo desse trabalho é desenvolver a noção de identidade e explorar o estudo sobre as relações de parentesco, a origem do nome familiar e a história cultural de cada família. Em toda e qualquer comunidade humana existem e interagem diversos indicadores sociais que identificam e constroem a cultura do grupo humano que aí vive. Trabalhar com variados aspectos culturais presentes no grupo propicia a construção do respeito pelas diferenças individuais e culturais, auxiliando na formação da identidade do grupo/classe. O projeto constituiu na organização de pesquisas sobre diferentes países, que influenciaram na etnia e cultura do Brasil, criando condições para que os alunos preparassem uma exposição. Cada grupo/classe ficou responsável pelo estudo de um país envolvendo seus aspectos: históricos, geográficos, costumes, vestuários, comidas e língua. A conclusão do projeto se deu com uma exposição “Feira das Origens” que contou com a participação efetiva dos pais, avós, e imigrantes. Acreditamos que é só considerando os vários aspectos culturais e históricos presentes na formação do grupo, estaremos trabalhando para preservar a tradição de cada povo e favorecendo o aparecimento de atitudes de respeito com as diferenças culturais. Esse projeto não pode ser visto como algo estanque e sim como processo que no cotidiano escolar contribuirá para a formação de cidadãos capazes de respeitar as diferenças.

**O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR.**  
**BRABO, T. S. A. M.** (Departamento de Administração e Supervisão Escolar- FFC - Unesp - Campus de Marília).

A Constituição Federal de 1988, possibilitou o estabelecimento de novas relações entre o Estado e a Sociedade respaldando a participação popular no desenvolvimento de políticas públicas. A partir dessa premissa, propusemo-nos a desenvolver um trabalho de pesquisa sobre o processo de municipalização do ensino visto como algo inevitável nas novas formas de administração pública. Temos, entre outros, o objetivo de verificar como se dá a participação popular nesse processo já que ela é concebida na legislação oficial (Constituições Federal e Estaduais, Leis Orgânicas Municipais) como componente essencial da gestão pública. O estudo está sendo desenvolvido através de pesquisa bibliográfica a respeito do tema e análise da legislação estadual e municipal que estabelece normas e diretrizes para o campo educacional. Como o trabalho encontra-se em desenvolvimento, posteriormente, faremos observações em escolas estaduais e municipais com o objetivo de verificar se o que está estabelecido em lei se concretiza na prática. Constatamos até o momento que, do ponto de vista legal e dos autores que estudam o tema, diante do novo ordenamento mundial e da nova ordem jurídica brasileira, há a necessidade de ampliar a participação da sociedade civil na escola e na sociedade como um todo, principalmente na esfera municipal. Democratização e descentralização da gestão pública e educacional, exigem mudanças nas relações de poder pois, são processos para a construção da cidadania. Portanto, requer estratégias e caminhos para mudar as atuais estruturas e espaços de poder, implantando a efetiva gestão democrática dos “sistemas”

educacionais e das escolas. O município pode vir a ser o “locus” do exercício da cidadania, o espaço primeiro de participação. A Constituição Federal de 1988, rompendo com o ciclo centralizador, criou os “sistemas municipais” de ensino, mas não se romperam os feudos de poder. A municipalização, quando contaminada pela visão centralista, constitui-se em processo de troca de responsabilidades de um executivo para outro, dissimulando o centralismo, não mudando relações de poder e não ampliando o espaço à participação. Em muitos casos, ainda prevalece a cultura paternalista que considera as instituições públicas como pertencentes a determinado governo, não aos cidadãos. A participação requer a criação de vínculos entre indivíduos autônomos que possam influir nas decisões que dizem respeito à vida coletiva, à noção de direitos e deveres de cidadania visando os interesses do coletivo. Apesar da criação dos mecanismos de participação na sociedade e na escola, a cultura democrática ainda hoje é um projeto não concluído. Paradoxalmente, a escola e a educação se constituem como espaços importantes na transformação de tal realidade.

**EDUCAR EM VALORES NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA REALIZADA NA EMEF. PAULO REGLUS NEVES FREIRE – MARÍLIA.** SILVA, D. L.; COLOMBO, T. F. S.; LIMA, M. M. (Secretaria Municipal de Educação - Marília).

O trabalho com valores éticos tem mostrado no âmbito educacional a sua relevância no direcionamento do processo pedagógico, principalmente quanto a mudança de condutas e desenvolvimento da criticidade dos alunos. Conhecendo e concordando com a validade de tal trabalho, a EMEF Paulo Freire optou pela elaboração e execução do projeto “Educar em Valores na Escola”. A escola encontra-se situada numa das regiões mais violentas da cidade, lugar onde as crianças convivem constantemente com a agressividade e são privadas de grande parte de suas necessidades básicas. Se não houver um trabalho que resgate o respeito e a identidade desses alunos, a convivência e o rendimento escolar dos mesmos podem ficar comprometidos, afinal a educação humanizadora é base fundamental para construção da cidadania. O projeto “Educar em Valores na Escola” tem como compromisso desenvolver um trabalho que estimule a autonomia moral dos alunos, que os oriente para o exercício do respeito mútuo e incentive atitudes de solidariedade, justiça e igualdade. Esses valores são explorados rotineiramente no espaço escolar a partir das seguintes ações: construção coletiva de regras; leituras, debates e reflexões de temas relacionados à ética e direitos humanos; desenvolvimento de trabalhos artísticos voltados para essa temática; participação em projetos e atividades que envolvem o respeito, a solidariedade e a indignação frente às injustiças. Não é prevista a finalização do projeto já que o mesmo faz parte do perfil da escola. Na medida em que a escola propõe-se a observar e atuar na realidade onde se insere, pode conseguir dar um significado ampliado ao pedagógico e fortalecer uma perspectiva sensível e humanizadora que trabalhe pela paz. Este é o caminho que buscamos seguir.

**PROJETO: JOVEM, FAÇA ALGUÉM FELIZ!– “OUVIR E CONTAR HISTÓRIAS... MOMENTOS DE EMOÇÃO”!** MARTINS, E. J. D.; LIMA, J. (EE. Hilmar Machado de Oliveria - Garça - SP).

A partir do projeto *Jovem, faça alguém feliz*, uma professora de Português experimentou ampliar os bons resultados obtidos com a ação dos jovens nas entidades assistenciais da cidade de Garça. Propôs, juntamente com alunos da 8ª série, a formação de um grupo de contadores de história com o objetivo de estimular o prazer pela leitura, instigar a busca de diferentes textos, sensibilizar e integrar os adolescentes às diferentes realidades e resgatar antigas formas de contar histórias. Para isso, foi planejado encontro com o grupo Pirilimpim, contadores de história, da cidade de Garça;

encontros para pesquisas, estudo e preparação de textos adequados para cada faixa etária; montagem e ensaios que viabilizem um trabalho de leitura e entonação, postura e desenvoltura no espaço adequado; ouvir histórias nas próprias entidades, reelaborá-las, dando vida e contando-as nas próprias entidades. O trabalho está sendo desenvolvido para o público da própria escola e como grupo itinerante, visita as entidades assistenciais (creches e Asilos), compartilhando momentos de conhecimento e muita emoção.

**PROJETO: JOVEM, FAÇA ALGUÉM FELIZ! . MARTINS, E.J.D. (EE Hilmar Machado de Oliveira. Garça/DE Regional Marília).**

Ao desenvolver o Projeto de Cidadania da EE Hilmar Machado de Oliveira, em Garça, foi proposto em 1997 uma visita às entidades assistenciais, surgindo assim o *Projeto Criança, faça alguém feliz* em 1998, cujo objetivo inicial era o desenvolvimento de atividades recreativas, aliadas ao desenvolvimento de atitudes cooperativas e solidárias, entre a instituição escolar e instituições assistenciais, como asilo e creches; a reflexão sobre as experiências dos assistidos; e a intervenção no cotidiano dos ambientes institucionais. Em 1999, o projeto tornou-se *Jovem, faça alguém feliz*, com ampliação e enriquecimento das atividades, Em 2000, tomou dimensões maiores. Em 2001 foi enriquecido pedagogicamente atingindo outros componentes curriculares da Unidade escolar (Português, Matemática Geografia e Espanhol) envolvendo diretamente 90 alunos da Unidade escolar, de 13 a 15 anos, 450 crianças de 03 a 12anos das entidades assistenciais e 60 assistidos do Lar dos Velhos com idade de 65 a 90, além de outras parcerias efetuadas na comunidade. O trabalho teve início no primeiro mês letivo de 2001, quando se reuniram os alunos participantes com a professora de Educação física, coordenadora do projeto. Foram organizados os grupos e o contato com as entidades, com agenda semanal. Em abril foram iniciadas as atividades e em novembro encerrar-se-á com uma festa, quando serão apresentados os resultados. Os monitores recebem orientações, realizam pesquisas orais e escritas de acordo com o seu público alvo, sobre as atividades - brincadeiras da cultura popular brasileira, contos e histórias para pequeninos, jogos com regras, confecção de brinquedos com sucatas, livro de depoimentos, teatro, músicas, coreografias, desenhos, pintura e preparação à leitura, escrita matemática e exposição. O resultado do Projeto é satisfatório para os alunos, que aprendem muito, pesquisando e ensinando; aprendem também planejar, executar e registrar. Aprendem a refletir e lidar com conflitos, e ter melhor compreensão das dificuldades e problemas da vida. Os assistidos do Lar dos Velhos estão tendo melhor qualidade de vida, pois há companhia, amor, carinho e interação. O resultado vem sendo satisfatório nas creches, pela alegria e pela aprendizagem que demonstram através dos trabalhos. Há filmagens, fotos e álbuns que registram o desenvolvimento do projeto e que indicam o exercício de cidadania ativa, responsável e solidária, o que levou a escola receber o Selo de Escola Cidadã no dia 07/12/2000 - 1º Prêmio Klick Educação e apresentação na STV Rede Sesc/Senac - Programa Brasil Solidário, no dia 03/04/2001.

**A MUNICIPALIZAÇÃO PELA VIA DA DESCENTRALIZAÇÃO: O CONTROLE EXERCIDO PELA GESTÃO. BORGUETTI, R. C. T. (Pós-graduação em Educação – Unesp - Campus de Marília).**

A descentralização é uma das palavras de ordem do atual contexto mundial. Descentralizar, ao contrário de desconcentrar, traz novas expectativas em relação as tomadas de decisões e a qualidade do ensino. Baseando-se nessa argumentação, os Organismos Internacionais propõem “pacotes prontos” aos municípios, os quais podem fazer “milagres”. No entanto, por trás dessas políticas de

descentralização encontramos interesses maiores entre eles: grandes empréstimos a altos juros, desresponsabilização por parte do Estado, práticas clientelísticas, entre outros. Juntamente com a descentralização, que muitas vezes é desconcentração, diminuí-se as responsabilidades do Estado, aumentado seu poder de intervenção. Ou seja, transfere-se encargos, porém controla-se o processo por meio das avaliações do sistema. A descentralização da educação também acontece de forma a atender esse contexto, e a principal via é a municipalização. Diante esse panorama, investigamos como deu-se esse processo no município de Marília e, constatamos que este passou a ser responsável pelas tomadas de decisões, porém acabou concentrando o poder em nível local. Os procedimentos utilizados para desenvolver as pesquisa foram a análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas. Fizemos a análise documental baseados em leis municipais e estaduais. A pesquisa bibliográfica também limitou-se a estudo de obras referentes ao assunto. Realizamos entrevista com 16 professores da rede municipal de ensino, com o prefeito municipal e com equipe técnica da Secretaria da Educação. Os resultados da pesquisa indicam que com a municipalização em Marília houve a descentralização em relação ao Estado. No entanto, houve a centralização do poder em nível local e, conseqüentemente o aumento do controle feito por meio da gestão. Ou seja, o município ficou responsável pelas tomadas de decisões (administração) e, com tanta proximidade ficou mais fácil executá-las e manipulá-las dentro das escolas, por meio da gestão

**DISCIPLINAMENTO SOCIAL E INDISCIPLINA ESCOLAR.** MARQUES, Maria Rosa Martins. (Escola Estadual Profa. Lydia Yvone Gomes Marques – Garça-SP).

O processo civilizatório pode ser concebido como um auto-disciplinamento em escala universal: a domesticação dos afetos e das emoções equivale a transformar as coações externas em internas. As pressões sociais que surgem das relações dos homens e grupos entre si tendem a cristalizar-se no aparato psíquico individual. Mesmo tendo ocorrido sem uma estratégia pré-determinada, esse processo civilizatório teve conseqüências importantes para a conformação do mundo como se coloca hoje. A conversão das imposições sociais exteriores em obrigações éticas interiores é um dos paradigmas de desenvolvimento social de maior relevância e difusão desse processo e é um mecanismo desse controle endógeno dos afetos e dos impulsos que, para Sigmund Freud, consiste na moral. Embora esse disciplinamento social amplo seja um dos pré-requisitos do progresso histórico, apesar dos inumeráveis aspectos racionais e positivos que ele conserva, esse processo traz em si concomitantemente a eliminação da expressão do múltiplo e do autêntico, o menosprezo mais ou menos institucionalizado às inclinações sociais singulares e/ou divergentes e aos comportamentos e sentimentos extemporâneos. O sentido de progresso que ele consolida é a auto-negação das propensões afetivas e criativas do ser humano, de suas paixões, de tudo o que é natureza nele. A história da civilização é, assim, a história da introversão do sacrifício, da renúncia do homem individual a si mesmo. Quanto maior o número de indivíduos que tenham internalizado as normas (constituídas por mandamentos e proibições) da comunidade global cultural, tanto mais sólida é esta última e tanto menos provável será necessário o uso dos meios coercitivos violentos. O conhecido progresso cultural, edifica a noção de maturidade que culmina com a superação do princípio de prazer pelo de realidade. A hipótese que parece mais razoável ao educador que trabalha com alunos resistentes a esse tipo de disciplinamento social (por isso considerados indisciplinados) seria enfatizar a importância nesses comportamentos do não codificado e não codificável, do anti-sistemático, do aparentemente ilógico, divergente, equívoco ou irônico. Pretendemos testar a hipótese com uma pesquisa empírica sobre um grupo de jovens de escola pública considerados indisciplinados. A pesquisa ainda está em sua fase teórica, na empírica analisará não o comportamento, mas a linguagem e demais formas de comunicação expressas pelo grupo. Temos como pressuposto que pela linguagem será possível detectar o nível de consciência crítica desses alunos, o anseio por uma outra de forma de organização social e a força do princípio de prazer.

